

OS DEZ PRONUNCIAMENTOS

À LUZ DOS ENSINAMENTOS
DO RABINO SAMSON RAPHAEL HIRSCH

editora & livraria

SEFER

A LIVRARIA JUDAICA DO BRASIL

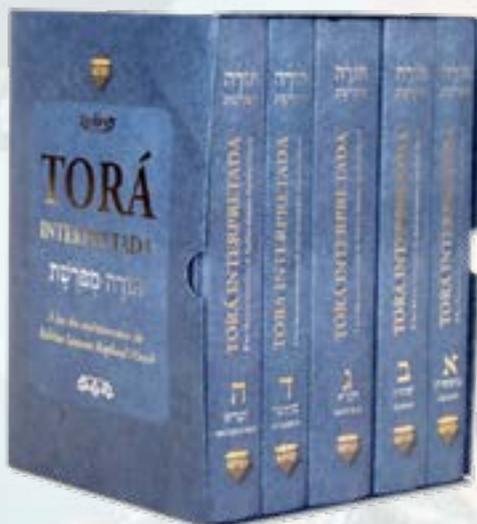
www.sefer.com.br

Trecho extraído da obra:

Torá Interpretada (5 volumes)

À luz dos ensinamentos do Rabino Samson Raphael Hirsch

Publicada pela Editora Sêfer



**©Copyright Editora e Livraria Sêfer
Proibida a impressão e comercialização do material**



¹ E Deus falou todas estas palavras, dizendo:

[1º Pronunciamento]

² “Eu sou o Eterno, teu Deus, que te tirei da Terra do Egito, da casa dos escravos.

2. Eu (Anochí). Já comentamos várias vezes a respeito da diferença sutil entre *anochí* e *aní* (ambos traduzidos como “eu”), especialmente na fala de Deus (ver acima comentário sobre 11:4). *Aní* indica a personalidade do falante – em oposição à pessoa a quem o discurso é dirigido – e refere-se a essa personalidade como a origem da fala ou da ação (*aní* vem da raiz *aná* – onde). Em contrapartida, *anochí* revela o falante como uma personalidade que é intimamente próxima da pessoa a quem o discurso é dirigido, que a rodeia, carrega e apoia, e que somente através dela aquele a quem o discurso é dirigido poderá receber verdadeiramente sua existência pessoal e sua posição segura.

Eu sou o Eterno, teu Deus. Quão temível foi o esplendor da glória desse evento! Em meio às vicissitudes e reviravoltas da natureza, enquanto os fundamentos da terra tremiam, Deus Se declarou a única, verdadeira e absoluta personalidade – o *anochí* – de todo o universo, e que apenas por Seu intermédio pode haver qualquer outro tipo de existência, em potencial ou na prática. E então Deus Se dirige a cada judeu e judia e diz: Eu sou o teu *anochí* – “Eu (*Anochí*) sou o Eterno, teu Deus”.

Se este versículo for interpretado não como uma declaração, mas como um mandamento, não devemos lê-lo como “Eu, o Eterno, sou o teu Deus”, mas sim, “Eu, o Eterno, devo ser o teu Deus” – em outras palavras, você tem a obrigação de Me aceitar como teu Deus. Assim, essa fala estabelece a base para o nosso relacionamento com Deus, e essa é a obrigação que os nossos sábios chamam de “aceitar o jugo do reino dos céus”.

Aquilo que os filósofos da Antiguidade, assim como os contemporâneos, chamam de “crença na existência de Deus” está diametralmente longe do significado desse versículo a respeito dos fundamentos do pensamento e da vida judaicos. A verdade fundamental da vida judaica não é a crença na existência de Deus, nem a crença de que Deus é um e único, mas sim, que o Deus único, o Deus da verdade, é meu Deus; Ele me criou e me formou, me deu o meu status e me informou do meu dever; e Ele continua a me criar, proteger, guiar e conduzir. Minha crença não é que minha conexão com Deus

se deu por meio de uma cadeia infinita de eventos e como resultado aleatório de um mundo que foi Sua primeira causa milênios atrás, mas que cada respiração minha e cada momento da minha existência é um presente direto de Seu poder e amor, e meu dever é dedicar cada momento da minha vida apenas ao Seu serviço.

Em outras palavras, o essencial não é saber da existência de Deus, mas reconhecer e admitir que Ele é o meu Deus, que meu destino está apenas em Suas mãos e que apenas Ele estabelece os meus atos. Frente ao mandamento “Eu sou o Eterno, teu Deus” há apenas uma resposta: Tu és o meu Deus!

que te tirei. E qual é a base factual sobre a qual essas verdades fundamentais se sustentam? O texto menciona o Êxodo do Egito – um fato fundamental que vimos com nossos próprios olhos e que possui dois aspectos: “que te tirei da Terra do Egito” e “da casa dos escravos”. No primeiro aspecto, Deus Se revelou como o defensor do nosso destino. No segundo, ele nos adquiriu como Seus escravos e, portanto, todas as nossas obras pertencem exclusivamente a Ele.

da Terra do Egito. Da terra e do país que nos mantinha aprisionados por correntes, representava a essência do estadismo e do poder humano e colocava à sua disposição todos os meios naturais. De lá, o Eterno nos tirou, destruindo o poder do homem e as forças da natureza e as transformando ou exterminando conforme o Seu desejo. Ele Se sentou para julgar a maldade do homem e a adoração das forças naturais, esmagando os tiranos e erguendo os inocentes espezinhados, redimindo-os e, assim, cumprindo Sua promessa. Deus gravou a Si para sempre em nossa consciência por Sua retidão e amor, delineando a forma do destino do homem, intervindo diretamente nos assuntos terrenos e nos redimindo da Terra do Egito. Aquele que pode nos dizer “que te tirei da Terra do Egito” é quem devemos reconhecer, por todas as gerações, como o único que desenha a forma do nosso destino, onde quer que formos.

da casa dos escravos. O Egito era para nós uma “casa de escravos”, na qual éramos escravos desde o ventre e o nascimento. A negação da nossa liberdade, imposta pela força bruta, foi esquecida, e a escravidão passou a ser considerada nosso estado natural. Ao nos lembrarmos disso, reconhecemos que, do ponto de vista social, chegamos a um estado de aniquilação no momento que Deus nos trouxe à liberdade e à independência.

Portanto, mais do que qualquer outra nação, devemos a Deus tudo o que temos – cabeça, coração e mão. Tudo que o Egito nos impediu é restaurado a nós pelo próprio

Eterno – nossa essência pessoal, o direito de adquirir propriedades e as próprias propriedades. Por essa razão, apenas Ele governa as nossas vidas e a nossa propriedade, e nós pertencemos somente a Ele. Dedicamos nossas vidas, habilidades e posses ao Seu serviço, e nós reconhecemos apenas a Ele como Guia para todos os nossos atos.

Nossa subjugação total a Deus foi o que rompeu de sobre nós as amarras da servidão humana. Somente sob essa condição fomos liberados e nos foi concedida a independência. Embora todos os seres humanos em todas as outras nações devam a Deus sua criação e existência, nós devemos a Ele também nossa existência histórica e social. Saímos da escravidão do Faraó e entramos no serviço de Deus. E assim nós cantamos na canção do *Halel*: “sou Teu servo, filho de Tua serva; quebraste as cadeias que me prendiam” (Salmo 116:16) – ou seja, sou Teu servo desde o ventre e de nascença pelo fato de teres quebrado os cabos da minha escravidão.

[2º Pronunciamento]

Não terás outros deuses diante de Mim.³ Não farás para ti imagem de escultura e figura alguma – o que há em cima nos céus, abaixo na terra e nas águas debaixo da terra.⁴ Não te prostrarás diante deles nem os servirás, pois Eu sou o Eterno, teu Deus, Deus zeloso, que cobro a iniquidade dos pais nos filhos, sobre terceiras e sobre quartas gerações aos que Me odeiam,⁵ e faço misericórdia até duas mil gerações aos que Me amam e aos que guardam Meus mandamentos.

Não terás.* Essa é a primeira conclusão tirada da declaração fundamental “*anochí*”, e é a mesma coisa, mas dita pelo lado da negação. Como será explicado logo mais adiante, o reconhecimento de Deus nega a adoração idólatra de qualquer outro ser. Se o Eterno é de fato Deus, então todo o resto é “não-deus” e nada além do que Sua criação e servo, pois tudo, exceto Ele, depende – em cada fibra de seu ser, em cada grama de seu poder e em todas as suas grandes e pequenas ações – de Sua vontade onipotente, única, específica e livre.

diante de Mim (al panai). “Diante da Minha Presença”. A Presença de Deus abrange o mundo e tudo que há nele – as vastas extensões do mundo e seu desenvolvimento con-

* Pelo Códex de Alepo – manuscrito da Bíblia Hebraica relacionado aos grandes mestres massoréticos e ao Maimônides –, o versículo 3 inicia-se com “Não farás para tí”. (N. do E.)

tínuo a todo o momento – assim como a Sua Presença preenche nossa vida interior e todas as nossas emoções. Não há deus senão Ele, e não devemos dar espaço em nossos corações nem mesmo à menor possibilidade de existência de outras divindades.

Desta forma, é negado o sistema de “compartilhamento” cujos proponentes acreditam ser possível colocar outro deus do lado do Eterno, um deus que compartilha de Sua Divindade sem que haja nisso heresia na existência de Deus. Eles se esquecem de que ao colocar outro deus ao lado do Eterno, eles abolem completamente o conceito da Divindade.

A linguagem *al penê* (diante de) indica que certa coisa ou evento está em discórdia com alguém. Aqui também, a expressão *al panai* (diante de Mim) indica que a abertura de um espaço no coração para a ideia da existência de outro deus é uma profanação do verdadeiro conceito da Divindade.

A linguagem *al penê* (diante de) indica que certa coisa ou evento está em discórdia com alguém. Aqui também, a expressão *al panai* (diante de Mim) indica que a abertura de um espaço no coração para a ideia da existência de outro deus é uma profanação do verdadeiro conceito da Divindade.

3. Não farás para ti imagem de escultura. O erro é ainda mais grave quando é dada uma expressão real à ideia da existência de outro deus por meio de qualquer imagem ou figura.

imagem de escultura. De acordo com o seu significado básico, o termo *péssel* (que é próximo de *patsel*, “remover a casca”) refere-se a uma pedra esculpida ou a uma figura entalhada em madeira. Ainda assim, certos versículos – como “À imagem esculpida que o artífice funde” (Isaías 40:19) – nos ensinam que o conceito de *péssel* inclui qualquer tipo de imagem tridimensional, não importando como foi criada.

figura (temuná). Derivado da raiz *mon*, da qual se obtém *min* (espécie, gênero) – denota qualquer figura que represente uma espécie particular. De acordo com isso, *temuná* também se refere a um desenho feito com linhas simples ou mesmo uma simples figura simbólica.

E não está escrito *temunat asher* (figura do que está...), mas *temuná asher* (figura alguma – do que há), de modo que a interpretação disso não é “imagem de escultura ou figura do que há em cima nos céus...”, mas sim, “Não farás para ti o que há em cima, nos céus – nem em forma de imagem de escultura ou qualquer outro tipo de figura”.

Essa distinção é importante por causa da advertência de “Não te prostrarás diante deles nem os servirás” no próximo versículo. Se a proibição de “não farás” se referisse apenas às “imagens esculpidas” e “figuras”, então a proibição de se prostrar estaria limitada apenas às “imagens esculpidas” e “figuras”. Mas uma vez que a proibição do versículo anterior também se refere àquilo “que está nos céus”, assim como às “imagens esculpidas” e “figuras”, portanto, a palavra “eles” na proibição de “Não te prostrarás diante deles” se refere tanto às próprias coisas quanto às suas estátuas e figuras, e fica proibido adorar as duas coisas.

em cima (mimáal). *Máal* é qualquer lugar que está acima de nós, acessível apenas por meio de ascensão. *Mimáal* indica a direção ascendente que começa na área acima de nós, ou seja, tudo que está acima de nós, seja perto de nós ou infinitamente distante. *Mitáchat* (abaixo) indica a direção oposta: aquilo que está sob os nossos pés ou mais abaixo.

4. Não te prostrarás diante deles nem os servirás. O pecado é ainda mais grave se determinada coisa ou sua estátua ou sua figura é adorada como deus. Tal reconhecimento concreto de outros deuses é chamado aqui “prostrar” e “servir”, e a lei judaica distingue entre eles como dois tipos de idolatria (ver TB *San’hedrin* 60b).

Aquele que “se prostra” se esparrama pelo chão. E embora este ato não esteja entre os “serviços internos” – ou seja, não faz parte daqueles serviços que nos foram impostos como meio de demonstrarmos a nossa lealdade ao Deus único no Templo – ainda assim, foi proibido prostrar-se diante de qualquer outro deus ou sua estátua ou imagem, mesmo se for “de modo não costumeiro”, ou seja, mesmo que isso não faça parte dos serviços específicos daquele deus em particular. Quanto ao resto dos serviços, exceto a prostração, a lei judaica distingue entre um “serviço interno” – ou seja, aqueles serviços que nos foram impostos como meio de demonstrarmos a nossa lealdade ao Deus único no Templo, conforme mencionado acima, como por exemplo, abater e queimar animais e realizar a libação, que também estão completamente proibidos de serem realizados para qualquer outro deus, e todos os outros atos de adoração, que eram proibidos somente quando eram feitos “de modo costumeiro”, isto é, como parte do serviço normal daquele deus.

Paremos para refletir agora sobre o significado do ato simbólico de “prostração” diante de outro deus, bem como sobre o significado do termo “serviço” e dos atos que servem como sua expressão. “Prostração” – isto é, esticar-se totalmente sobre a terra – é uma expressão de total devoção, porém passiva, enquanto “serviço” é uma expressão

de devoção ativa e prática. Por meio da “prostração” o homem expressa seu reconhecimento ao outro e sua submissão a ele como único mestre de seu destino, e através do “serviço” o homem se entrega completamente ao serviço do outro, reconhece-o e se rende diante dele como mestre de suas ações. Ambos juntos – o reconhecimento do Senhor do nosso destino e o reconhecimento do Senhor das nossas ações – são toda a essência do nosso reconhecimento de Deus.

É típico do nosso serviço a Deus que, no Templo do Deus único, o que é requerido acima de tudo é o “serviço” e não a “prostração”. Seu Templo é o santuário da Sua Torá; o cômodo do Templo denominado “Santidade das Santidades” também era chamado de *devir*, “o lugar do *dibur* – da fala”, e a arca da Torá era aquela sobre a qual os querubins estendiam suas asas para serem os portadores de Sua Presença. Não é nossa submissão a Deus como o Senhor único do nosso destino que nos faz judeus, mas sim, nossa submissão a Ele como nosso único Legislador – sendo que esta submissão também inclui a primeira indiretamente.

Eis que a principal coisa que seduz o homem a se desviar do caminho, negar a existência de Deus e tornar-se idólatra é o conceito equívoco de que há outra coisa, além do Deus único, que pode influenciar de forma independente o nosso destino. Portanto, prostrar-se diante de outro deus, ou mesmo de outra coisa que não seja Deus, é equivalente à negação do Deus único. E nem é preciso dizer que se uma pessoa se dedica a qualquer outra coisa com toda a sua força e vitalidade como nós nos dedicamos ao serviço do Deus único por meio do abate, queima e libação, ela volta suas costas para Deus. Isso vale para qualquer tipo de reconciliação com outras forças, como fazem os idólatras ao imaginar que essa é a vontade de seu falso deus.

A idolatria corrompe as virtudes morais do homem em sua vida ativa e material. A razão para isso é explicada pelo fato de que a idolatria apresenta as forças da natureza, algo aprisionado pelas leis naturais, como conceitos divinos. Na idolatria, o homem se submete à escravidão dos seus impulsos e desejos naturais, de modo que crimes e atos bestiais são elevados ao reino do serviço divino como atos praticados em honra aos deuses. O lado baixo do homem, que o impele à luxúria dos sentidos, é considerado algo inspirado pelos deuses. Como os nossos sábios ensinam, “Israel sabia que a adoração de ídolos não era algo verdadeiro, mas praticava idolatria a fim de se permitir manter relações promíscuas em público” (TB *San’hedrin* 63b). Portanto, “não te prostrarás diante deles nem os servirás” significa não permitir que qualquer outro deus tenha qualquer influência sobre o teu destino ou tuas ações, pois –

pois (...) Deus zeloso (El caná). *Canê* (com *álef*, que é próximo de *canê* com *hê* – adquirir algo e transferi-lo para a sua propriedade) significa reivindicar algo como um direito, exigir a restauração de direitos infringidos, sejam seus ou de outros.

Não está escrito *El mecanê* (Deus que zela), que seria interpretado como “Estou agora reivindicando Meu direito sobre você e não permitirei que você ou qualquer parte do seu ser escape de Mim”, mas sim, *El caná* (Deus zeloso), ou seja: “O zelo é uma das Minhas características essenciais intrínsecas; Eu não seria o que sou se não fosse zeloso. Essa qualidade é um traço característico típico que Me distingue de todos os chamados ‘deuses’ pela boca das criaturas. Não é possível pensar em Mim sem reconhecer que sou zeloso.”

Anochí – Eu, o Ser pessoal que engloba você e o mundo inteiro – “sou o Eterno”, de cuja vontade exclusiva depende cada instante da existência do mundo; “teu Deus”, que te tirei com o propósito de direcionar o teu destino e determinar o formato de toda a tua vida prática; Eu sou “Deus zeloso” e não há mais nada além de Mim; tu é Meu completamente e Eu te exijo totalmente, todo o teu ser e todo o teu futuro.

que cobro (poked) a iniquidade (avon) dos pais. Quem pode compreender a profundidade da justiça e do amor, dos caminhos da supervisão Divina e da educação do ser humano que são revelados aos nossos olhos humanos nestas palavras? Quem terá a ousadia de definir, mesmo no nível conceitual, o significado dessas simples palavras? *Poked* (que é próximo de *bégued* e *báit*) significa vestir algo com a vestimenta que lhe é apropriada. No sentido conceitual, significa revestir com as características apropriadas. Em termos práticos, significa “vestir” uma pessoa com as posições, situações e condições apropriadas a ela. Quando se trata da Divina Providência, como no nosso versículo, significa decretar sobre algo o que lhe é digno ou merecido.

Avon é derivado de *avê* – ser torto ou seguir numa direção adunca, e por extensão, afastar-se conscientemente do curso prescrito. *Avon* é a expressão mais apropriada da aspiração consciente que busca um objetivo que não está de acordo com o nosso propósito na vida; é uma expressão de grande significado para um pecado que foi deliberadamente cometido.

Avê é próximo de *ivá* e *avá*, que também possuem em seu fundamento essa mesma ideia de desvio espiritual do caminho e direção iniciais. *Ivá* indica um desvio na direção de algo que não estava entre seus objetivos iniciais ou que não estava inicialmente ao alcance. *Avá* indica a renúncia do desejo próprio por respeito ao outro, ou responder à vontade do outro renunciando à sua própria.

É claro que essa medida Divina – “que cobro a iniquidade dos pais...” – vigora apenas com aqueles que “Me odeiam”. Em outras palavras, ela expressamente só se aplica quando pais e filhos, geração após geração, são todas pessoas que “Me odeiam” – odeiam o destino que Deus planejou para eles e O rejeitam. Ele parece um espinho em seus olhos (*sanê* – odiar – é próximo de *senê* – sarça) e um infortúnio que ameaça a sua felicidade e dificulta seus esforços para alcançar a felicidade.

Agora, o que se entende por “que cobro a iniquidade dos pais nos filhos (...) aos que Me odeiam”? Será que a intenção é dizer que Deus Se lembra dos pecados dos pais quando os filhos, netos ou mesmo bisnetos O odeiam? Será que significa que quando os filhos, netos ou bisnetos continuam pelo caminho do pecado, Deus Se lembra do primeiro passo dado pelos pais, leva em conta que o pecado ainda não foi enraizado por muitas gerações e que ainda há chance de arrependimento, e tenta trazer os filhos, netos ou até mesmo bisnetos de volta para Si, educando-os na “escola” dos sofrimentos? Será que significa que se a quarta geração não se arrepende, as gerações futuras estarão fadadas a se perder no pecado?

Ou talvez signifique que Deus traz os pecados dos pais sobre os filhos, e assim por diante, se eles O odiarem. Os filhos, netos e bisnetos continuam sofrendo as consequências do pecado dos pais, pois continuam no caminho do pecado. Por causa do seu pecado, eles são acometidos por dificuldades e sofrimento, uma vez que o exemplo dos seus pais os colocou num caminho cheio de obstáculos, que convida o pecado e a tristeza ao seu berço, de modo que os acompanharão por toda a vida.

Talvez a interpretação seja que Deus pune os pais pela dor que causam aos filhos por causa dos pecados que lhes deram por herança para conduzi-los na vida.

E talvez a interpretação seja que Deus transfere os pecados dos pais aos filhos, netos e bisnetos; Ele os torna responsáveis por expiar o pecado de seus pais. De acordo com isso, o significado de *poked* aqui será como no versículo “e designareis (*pacadtá*) para eles a guarda de todos os seus cargos” (Números 4:27). Em vez de se apressar em destruir os pais por causa do seu pecado, Deus espera até a quarta geração, pois talvez os netos ou bisnetos se arrependam e corrijam os atos de seus pais. Só então, se não houver melhora, Ele permite que a geração seja destruída por sua culpa contínua.

Qualquer que seja a verdadeira natureza dessa medida Divina, duas verdades fundamentais emergem dela, sobre as quais devemos refletir com grande seriedade:

O Deus único deseja que aceitemos sobre nós o fardo de Seu governo sobre todos os nossos atos e que O reconheçamos como o Legislador de toda a nossa vida, e que é Ele que nos dá vida e nos sustenta para que possamos cumprir a Sua Torá. Está em nossas mãos construir ou destruir nossas vidas, tudo de acordo com a intensidade de nossa adesão ou rejeição de Seus ensinamentos. Deus vive e existe eternamente, e Ele julga cada um de acordo com seus atos. Não há como fugir de Seu julgamento.

Mais do que isso, o bem-estar ou a tristeza dos filhos depende dos pais – tudo de acordo com a sua retidão ou perversidade. Os filhos são frutos que crescem na árvore da vida e do destino dos pais. Em prol dos nossos filhos devemos preservar a nossa saúde; em prol dos nossos filhos devemos nos comportar com moralidade e generosidade; em prol dos nossos filhos devemos ser vigilantes e espiritualmente fortes.

Assim como Deus certamente dá a cada criança uma alma pura quando ela vem ao mundo, da mesma forma os pais certamente transmitem à natureza física dos seus filhos suas más inclinações, seus defeitos e suas falhas. Todos esses legados colocam diante da criança um desafio tremendo e, para superá-lo, a alma pura da criança precisa desafiar e provar seu poder Divino. Os pecados dos pais envolvem o berço de seu bebê com infortúnio, doença e um exemplo de corrupção moral, e o pequeno novo cidadão do mundo destina-se a subir um íngreme e difícil trajeto de testes, até que ele vença a prova moral.

5. e faço misericórdia até duas mil gerações aos que Me amam e aos que guardam Meus mandamentos. Graças a Deus – e que Seu nome seja abençoado! –, pois Ele faz brotar bênçãos multiplicadas mil vezes até duas mil gerações aos descendentes dos pais que se mantiveram fiéis a Ele com a devoção amorosa e lealdade ao dever!

A bondade dos pais, sua pureza e suas capacidades morais e espirituais criam uma terra fértil e sólida, que se expande e se estabiliza mais a cada nova geração fiel que chega. Dessa terra nascerão e florescerão gerações e gerações de crianças que andarão alegremente no bom caminho e de boa vontade, dotados de virtudes morais. E mesmo que se desviem do caminho do bem e do certo, será mais fácil para eles encontrar o caminho para retornar, e o amor de Deus e Sua bondade nunca os abandonarão.

Ambos – “que cobro a iniquidade” e “faço misericórdia” – são atributos do Deus único. Ele sozinho contabiliza as nossas ações, e Ele sozinho controla o nosso destino.

[3º Pronunciamento]

6 Não carregará o nome do Eterno, teu Deus, em vão, porque o Eterno não livrará ao que carregar em vão o Seu nome.

6. Não carregará o nome do Eterno, teu Deus. “Carregar o nome do Eterno” é outra maneira de expressar o conceito de juramento. “Jurar” significa colocar toda a sua existência visível sob o poder do Deus único, que não é visível, caso aquilo que tenha dito sob juramento não corresponda à realidade ou não seja cumprido. Similarmente, “carregar o nome do Eterno” significa tomar sobre si o nome de Deus – isto é, colocar-se sob o nome de Deus; subjugar-se ao poder de Deus – uma vez que Seu nome representa Seu poder – que governa o mundo inteiro; render-se ao poder e julgamento de Deus – caso aquilo que falou sob juramento não seja ou não se torne verdade.

É claro que quando exprimimos um juramento, os dois aspectos do nosso reconhecimento de Deus ganham uma expressão em comum: Seu controle sobre nossas ações – que inclui aquilo que pronunciamos – e que Ele determina o nosso destino. Um juramento em nome de Deus implica que estamos tentando provar a verdade das nossas palavras e a integridade das nossas ações entregando todo o nosso futuro a Deus, que determina o nosso destino. Por outro lado, um juramento falso é uma heresia desdenhosa contra Deus.

em vão (shav). No nosso versículo, a Escritura fala principalmente não de perjúrio, mas de um juramento inútil, um juramento “em vão”. *Shav* é próximo de *shavê* – assemelhar-se, tornar-se o mesmo. O pensamento judaico – expresso através da língua hebraica – conecta de maneira única os conceitos de semelhança e igualdade com os conceitos de inexistência e ausência. Portanto, *nidmê* significa também “tornar-se semelhante” e “perecer”. Num nível ainda mais elevado, *shavê* significa “semelhante”, enquanto *shav* significa “inexistente”, “que não possui consistência”. Aparentemente, o sinal seguro de uma existência verdadeira é encontrarmos nela algo único. Para tudo que existe na realidade, deve haver algum traço característico que o distinga de todo o resto. Toda coisa real é única. O que é completamente “igual” – isto é, que é como tudo o mais, e não possui singularidade própria – não tem existência alguma e é “vão”. *Shavê*, parecido, indica algo supérfluo, que não importa se existe ou não, e vem num sentido relativo ou subjetivo, enquanto *shav* vem num sentido absoluto e objetivo.

Por isso, “em vão” significa por nada, sem necessidade e sem propósito, e “juramento em vão” é um juramento sem necessidade e sem propósito; um juramento que em si não produz e que não pode produzir qualquer resultado.

Na lei judaica encontramos quatro tipos de juramentos em vão: (1) “Jurar mudando o que é conhecido”, como, por exemplo, jurar que uma pedra comum é ouro; (2) “Jurar para manter o que é conhecido”, como jurar que dois são dois; (3) “Jurar que fará algo impossível”, como jejuar ininterruptamente por uma semana; e (4) “Jurar anulando um mandamento Divino”, como não observar o mandamento do *tsitsit* ou se vingar de uma pessoa (TB *Shevuót* 29a). Em todos esses casos, o juramento é desnecessário, supérfluo ou sem qualquer consequência. No momento que uma pessoa expressa um falso juramento, ela já comete uma transgressão e é passível de punição imediata, mas o juramento não tem efeito. Aquele que jura sem motivo, sem necessidade e sem propósito ridiculariza a mais alta conexão do homem, que é subjugar suas palavras e ações a Deus, que governa seu destino e o leva a julgamento.

porque o Eterno não livrará. Esta declaração de Deus transforma o juramento na colocação de todo o futuro do homem na terra sobre a confiabilidade de suas palavras ou sobre a sinceridade de sua intenção de fazer o que ele jurou fazer. “O mundo inteiro tremeu” – dizem os nossos sábios – no momento que o Eterno disse no Sinai: “não carregará o nome (...) porque (...) não livrará” (TB *Shevuót* 39a). Pois através da advertência de “não livrará” o mundo inteiro é convocado a realizar o julgamento de Deus para aqueles que juraram em vão ou violaram o seu juramento.

[4º Pronunciamento]

⁷ Lembra do dia do Shabat [sábado] para santificá-lo.

⁸ Seis dias trabalharás e farás toda tua obra, ⁹ mas o sétimo dia é o Shabat do Eterno, teu Deus; não farás nenhuma obra – tu, teu filho e tua filha; e teu servo e tua serva; e teu animal e teu prosélito que estiver em teus portões, ¹⁰ porque o Eterno fez os céus e a terra, o mar e tudo o que há neles em seis dias e repousou no sétimo dia, e por isso o Eterno abençoou o dia do Shabat e o santificou.

7. Lembra do dia do Shabat [sábado] para santificá-lo. O mandamento “Eu sou o Eterno” nos ordena a reconhecer Deus como o governante do nosso destino e o condutor de todas as nossas ações. “Não terás” interpreta o significado desse reconhecimento

pelo lado negativo, negando confiança em qualquer outro deus. “Não carregará” – também conhecido como “não jurará” – faz desse reconhecimento de Deus o fundamento de todas as relações humanas, na medida em que a segurança de toda a estrutura social da sociedade humana é, em última análise, colocada sobre a severidade desse reconhecimento expresso por meio de juramento e que é um apelo à Presença de Deus e Sua supervisão sobre todas as relações humanas. A advertência de “não jurará” nos avisa – novamente, pelo lado negativo – para não ridicularizarmos a gravidade desse reconhecimento.

“Lembra” nos traz de volta agora ao antigo memorial que Deus estabeleceu quando designou o homem pela primeira vez como Seu representante e mandatário para “cultivar (o mundo) e guardá-lo” (Gênesis 2:15). O *Shabat* é o memorial erguido por Deus a fim preservar o reconhecimento que o homem tem de Deus. O declínio durante a história da raça humana foi causado apenas pelo esquecimento humano de Deus e, portanto, foi necessário escolher Israel como precursor de Deus para conduzir a humanidade novamente ao caminho da ascensão.

Verifica-se que o *Shabat* não foi estabelecido aqui como uma nova instituição; a Escritura pressupõe a existência do *Shabat* como algo preconcebido. O *Shabat* já existia desde os primórdios do homem, e Israel foi ordenado apenas a “não se esquecer” do *Shabat* da mesma forma que o resto da humanidade o esqueceu nas gerações passadas e na presente.

Também a “santificação” do *Shabat* por Israel não é algo novo, pois eles já foram ordenados a santificar o “*Shabat* de Deus” observando o “*Shabat* do homem”. O mandamento do *Shabat* já fora dado a Israel em Mará em relação ao maná, em linhas gerais, e com relação a certos aspectos da atividade humana envolvidos na obtenção de comida. Ali já fora estabelecida a primeira lei do *Shabat* do homem, que constitui uma santificação prática do *Shabat* de Deus, e o propósito da Escritura aqui é meramente “lembrar” Israel de não se esquecer dessa santificação.

Portanto, “Guarda o dia do *Shabat* para santificá-lo, como te ordenou o Eterno, teu Deus” (DT 5:12) não passa da explicação literal de “Lembra do dia do *Shabat* para santificá-lo”. Se nos lembrarmos de que somente em Mará o sétimo dia recebeu o nome “*Shabat*”, devido à interrupção do trabalho do homem, logo “Lembra do dia do *Shabat*” não tem outro significado senão “Guarda o dia do *Shabat* para santificá-lo, como te ordenou o Eterno, teu Deus”.

Segundo a tradição rabínica (TB *Shevuót* 20b), “‘Lembra’ e ‘Guardar’ foram ditos e ouvidos simultaneamente numa única fala” na entrega da Torá no Sinai e, portanto, é possível e correto considerá-los como uma unidade inseparável. Há aqui um vigoroso protesto contra qualquer tentativa de menosprezar a Deus e Sua Torá ao se reduzir o *Shabat* judaico a um dia de mera “lembrança espiritual”. Tal tentativa privaria o *Shabat* de sua parte essencial – isto é, a “guarda” – que é abster-se de qualquer obra criativa – a “cessação” da qual o próprio nome “*Shabat*” é derivado.

Na *Pessictá Rabatí* (capítulo 23) encontramos um dito de grande importância: “O Rabi Iudan disse: ‘Lembra’ Ele deu às nações do mundo, enquanto ‘guardarás’ Ele deu a Israel”, cujo significado é exatamente aquilo que explicamos acima (16:23). A princípio, quando o *Shabat* foi instituído para a humanidade, havia apenas uma “lembrança” e a sua preservação no coração. No entanto, ele foi completamente perdido pela humanidade como uma memória espiritual. Israel recebeu o comando de “guardar” – uma expressão concreta do conteúdo espiritual do *Shabat* por meio de símbolos percebidos pelos sentidos – a fim de preservar o *Shabat* e restaurá-lo à sua antiga glória. É precisamente essa “guarda” – e não a lembrança – a marca registrada da observância judaica do *Shabat*, pois é razoável supor que a lembrança já deveria ser, há muito tempo, uma propriedade geral de toda a humanidade.

De acordo com isso, aquele que tira do nosso sagrado *Shabat* a sua guarda, pensando que lhe é suficiente a lembrança, está destruindo todo o *Shabat* judaico e minando a instituição do *Shabat* que Deus estabeleceu para o povo de Israel em prol da preservação do *Shabat* para toda a humanidade.

O mandamento de lembrar do *Shabat* e não se esquecer dele vem na linguagem de um mandamento positivo: “Lembra”. É uma obrigação realizar ações que gravem em nós a impressão da essência do dia e de seu significado. Além disso, não foi dito em hebraico *zechor*, na forma verbal imperativa, mas *zachor* – uma forma verbal sem tempo definido. Isso dá a entender que o mandamento não se limita ao dia do *Shabat* em si, mas estende-se para o resto da semana, o que explica o motivo de algumas das leis do *Shabat*.

Por exemplo: “Lembre-se dele através do vinho em sua entrada” (TB *Pessachim* 106a). Proclame o significado santificador desse dia no momento que ele entra – isto é, o preceito do *kidush*. Os nossos sábios instituíram que o *kidush* fosse pronunciado sobre um copo de vinho, em casa, como introdução à refeição do *Shabat*. Em muitos lugares da Bíblia, o termo *cós* (copo) simboliza a porção ou destino que Deus designa para cada pessoa. Portanto, os sábios instituíram uma bênção sobre o copo toda vez

em que devemos nos lembrar de que a situação das nossas vidas é determinada por Deus. Eles também instituíram que o *kidush* seja realizado no local da refeição – isto é, que o *kidush* seja pronunciado no lugar onde comeremos a refeição do *Shabat* – para trazer o *Shabat* para dentro de casa, que é o lugar no qual se manifesta a parte principal de sua santidade e bênção.

Outra lei aprendida a partir daqui é: “Deve-se adicionar dos dias da semana para o *Shabat*” (*Mechiltá*) – ou seja, devemos interromper nosso trabalho antes da entrada do *Shabat*, para que a santidade do *Shabat* seja difundida ainda nos dias da semana e venhamos a receber o *Shabat* já com o espírito de *Shabat*. Da mesma forma, de acordo com o mesmo princípio, devemos também permitir que o *Shabat* se espalhe pelos dias de semana em seu término, e na bênção da *havdalá* mencionamos novamente a importância do *Shabat* como a instituição que santifica toda a nossa vida, de modo que levamos conosco o espírito do *Shabat* para a nossa rotina de trabalho ao longo da semana.

Outra lei dita na *Mechiltá*: “Não deves contar da mesma forma que os outros contam, mas deves contar em nome do *Shabat*.” Outros se referem aos dias da semana por nomes, de modo que cada dia é dedicado a um dos deuses ou a um dos planetas. Em contrapartida, nós contamos todos os dias “em nome do *Shabat*”, como dias que nos levam ao *Shabat*. Assim, a memória do *Shabat* estará estendida por todos os outros dias, para que reconheçamos que o propósito e a recompensa de todo o nosso trabalho é o dia no qual trazemos o nosso trabalho concluído diante de Deus e o colocamos aos Seus pés submissamente.

8. trabalharás (taavod). Não para a sua própria glória você fará o trabalho pelo qual você controla o mundo. Você deve ver seu trabalho como um “serviço” – um serviço no reino de Deus realizado a serviço de Deus. Faça o seu trabalho de acordo com o comando Dele e em benefício do mundo Dele, no qual Ele o colocou “para o cultivar e guardá-lo” (Gênesis 2:15). Ao pegar, modificar e trabalhar todos os recursos e materiais do mundo, você elevará este mundo de uma situação de necessidade física “cega” para o propósito da liberdade moral e liberdade para servir a Deus.

Neste espírito: “e farás toda tua obra”. Já definimos acima o conceito de *melachá* – “obra”. Assim como *malách* (mensageiro) indica uma personalidade que executa a vontade e o comando de seu superior, assim, *melachá* indica algo que está subjugado à vontade e ao comando de alguma consciência – neste caso, a consciência humana. A realização de uma “obra” (*melachá*) transforma o material ou objeto em nosso “mensa-

geiro" (*malách*); em outras palavras, a "obra" confere uma nova forma ao material ou objeto, de modo que, doravante, ele se torna digno do propósito que estabelecemos para ele e serve para realizar o nosso desejo e os nossos objetivos. Toda realização de uma "obra" é um ato de exercer nosso controle sobre objetos neste mundo. E devemos exercer esse controle apenas como uma expressão de serviço: "trabalharás".

9. mas o sétimo dia. Por seis dias você servirá a Deus por meio do seu trabalho em Seu mundo, mas o sétimo dia é "*Shabat*", um dia de cessação de trabalho, "do Eterno", no qual você o interromperá para expressar submissão semanalmente "ao Eterno, teu Deus". Assim, você mostrará novamente, uma vez e mais outra, que cada respiração sua e cada instante que você vive neste mundo pertencem a Deus, e que ele é o "seu Deus", que proporciona a você tudo aquilo que você possui em seu mundo e que deseja que você O sirva com todas as capacidades do seu ser.

"Não farás nenhum" tipo de "obra" no dia de *Shabat* – e assim você provará que o seu trabalho durante a semana é feito a serviço de Deus. No *Shabat*, você removerá da sua cabeça a coroa da glória do seu domínio sobre o mundo e colocará a si mesmo e ao seu mundo submissamente aos pés do "Eterno, teu Deus".

"Seis dias trabalharás e farás toda tua obra". Será que é possível que o ser humano faça toda a sua obra em seis dias? Certamente, a intenção é dizer: repousa como se o teu trabalho já estivesse feito; ou talvez: repousa de pensamentos de trabalho" (*Mechiltá*).

O valor do seu trabalho não é medido pela conquista de determinado objetivo que você estabeleceu para si mesmo, mas sim, pela tentativa sincera de alcançar um objetivo desejado aos olhos de Deus. Um servo fiel no mundo de Deus conclui seu trabalho no exato momento em que Deus o chama deste mundo, mesmo se for pouco aquilo que fez na prática, mas desde que o que realmente fez, ou apenas começou a fazer, seja o que suas capacidades e talentos lhe permitiram fazer.

Isso se aplica ao *Shabat*: No momento em que entra cada *Shabat*, você deve considerar que todo o seu trabalho foi concluído, pois é o seu Mestre quem lhe diz: "Basta!". E se o que você fez é "suficiente" para Ele, é suficiente para você também!

De acordo com a segunda alternativa apresentada pela *Mechiltá*, o significado de "e farás toda tua obra" (versículo 9) é "Toda a tua obra será concluída" – e em outras palavras: Não pense no seu negócio no *Shabat*!

não farás nenhuma obra. Há pessoas que erram e fazem os outros errarem, distorcendo todo o conceito do *Shabat* e minando as leis de sua observância ao interpretarem o ter-

mo “obra” como “esforço e empenho”. Começaram negando o juramento feito pelos nossos antepassados no Sinai e, em vez de se manterem fiéis ao juramento de “adequar a vida à Torá”, anunciaram um novo lema para a sua época: “Adequar a Torá à vida.” Então elas colocaram suas mãos sobre o mandamento do *Shabat* – o fundamento sobre o qual toda a vida judaica foi construída – e o interpretaram novamente de modo a atender às exigências da vida, sem se importar se há alguma evidência na Torá para tal interpretação, ou até mesmo se a Torá tolera tal interpretação. Elas proclamaram que o *Shabat* constitui um dia de repouso para o corpo, que nos foi dado para que o espírito esteja mais desocupado para o “serviço de Deus”. De acordo com isso, elas interpretaram a proibição do trabalho como uma proibição de se fazer esforço – isto é, apenas trabalhos que envolvem esforço físico. E há uma falta de consistência nesse raciocínio, pois o trabalho espiritual também envolve esforço e empenho... Pois bem, elas argumentaram que somente o trabalho físico pesado foi proibido no *Shabat*, enquanto o trabalho leve e atos realizados no âmbito da atividade espiritual não foram proibidos. Foi assim que eles chegaram à “adaptação da Torá à vida”.

Porém, em nenhum lugar a Torá indica que a própria observância do *Shabat* requer algo além da interrupção de todo trabalho, ou que a interrupção do trabalho seja meramente um meio para qualquer outro propósito. Em todos os lugares, a observância do *Shabat* é definida apenas pela interrupção do trabalho, e sua profanação – pela realização de trabalho. O *Shabat* não é profanado pelo impedimento de ir à sinagoga rezar com o público ou ouvir o sermão do rabino, mas pela realização de trabalho: “todo aquele que fizer trabalho no dia do *Shabat* será morto” (adiante 31:15).

O homem que foi encontrado recolhendo lenha no *Shabat* (Números 15:32-36) foi trazido à justiça sem que houvesse qualquer tipo de verificação prévia se ele já havia “dado ao *Shabat* o que lhe convém”, participando das orações ou ouvindo o sermão. Talvez ele estivesse recolhendo lenha porque queria usá-la para a preparação de sua refeição de *Shabat*. O fato é que ele estava coletando madeira! Em outras palavras, ele recolheu coisas criadas na natureza, removeu-as do local de seu crescimento e as levou para serem dele – um trabalho classificado na lei judaica como *meamer*. Ou talvez ele tenha reunido lenha no domínio público e depois a transportou por uma distância de quatro cúbitos – um trabalho classificado na lei judaica como *hotsaá*. Em suma, ele fez um trabalho, e isso foi uma transgressão suficiente para exigir que ele fosse punido com a morte.

Também deve ser notado que o esforço físico não é uma das condições básicas do “trabalho”. O termo “trabalho” aparece quase 200 vezes na Escritura, e em nenhum

lugar é usado para indicar atividade cansativa. Além disso, o trabalho escravo realizado no Egito nunca é referido como “trabalho”. Em toda a Escritura, a principal pré-condição de “trabalho” não é o grau maior ou menor de esforço físico, mas *meléchet machashévet* – a execução pensada e deliberada de determinada intenção. Portanto, mesmo se não soubéssemos a definição da tradição oral para o termo “trabalho”, o significado simples dessa palavra e as centenas de evidências bíblicas nos trariam forçosamente à conclusão de que “não farão nenhuma obra” significa “Não deve ser feita nenhuma obra que envolva criação”. Não execute a sua intenção por meio de nenhum objeto; não faça de qualquer objeto o veículo para a sua ideia e propósito. Em poucas palavras: não crie nada.

Além disso, se não fosse pela explicação esclarecedora e limitadora da tradição oral para o conceito de “trabalho”, talvez nós viéssemos a expandir o significado deste conceito e interpretá-lo até mesmo de modo mais abrangente, dizendo que “trabalho” é qualquer atividade que implica a execução da nossa intenção em relação a tudo e qualquer coisa. É precisamente a tradição oral que nos ensina a interpretar o termo de uma maneira mais precisa e literal: Toda atividade que transforma algo em nosso “mensageiro” útil para realizar a nossa intenção.

Portanto, de acordo com a lei judaica, uma obra que envolve criação é o principal critério para a proibição do trabalho no *Shabat*. Ato que constroem e produzem são proibidos no *Shabat*, e não atos destrutivos: “Todos os que estragam estão isentos.” Contudo, se o estrago em si é feito “para facilitar a correção”, como parte do processo construtivo e criativo, ele é considerado “trabalho” (TB *Shabat* 105b). Para que um serviço seja considerado um “trabalho proibido” ele deve ser intencional e não “algo que não é intencional” (ibid. 41b). Além disso, o propósito do trabalho deve ser o principal produto do trabalho criativo; o trabalho não pode ser “um trabalho cujo resultado principal é desnecessário” – como alguém que cava um buraco no *Shabat*, mas precisa apenas da terra e não do buraco em si (ibid. 73b). O termo “trabalho” exige que o trabalho seja feito como de costume, e não “de maneira incomum” (ibid. 153b) e sua execução deve mostrar que foi utilizada a plenitude da sabedoria humana.

Tudo isso prova que o princípio fundamental do “trabalho” proibido no *Shabat* é a obtenção do objetivo do homem, e não o esforço físico em maior ou menor grau. É verdade que também trabalhos árduos, trabalhos típicos da semana, são proibidos no *Shabat*, mas não estão incluídos no título “proibição de trabalho”.

tu, teu filho e tua filha. Os filhos adultos que atingiram a idade da obrigação do cumprimento dos preceitos estão incluídos no comando “tu”, e os mandamentos da Torá se aplicam diretamente a eles. Portanto, “teu filho, tua filha” certamente se refere aos filhos pequenos, que ainda não são obrigados por conta própria. É proibido aos adultos levar crianças pequenas à profanação do *Shabat*. Se as crianças vêm realizar algum trabalho para os adultos, os adultos estão advertidos a respeito do repouso delas (ibid. 121a e TB *Ievamót* 114a).

teu servo e tua serva. Se um escravo realizou a circuncisão, submergiu no banho ritual e aceitou sobre si o jugo dos preceitos Divinos, ele deve observar o *Shabat*. Se ele não aceitou o jugo dos preceitos Divinos, ele é como um residente estrangeiro com relação à realização de trabalhos no *Shabat*, e é proibido pedir-lhe para fazer um trabalho para um judeu (ver *Orach Chayim* 304).

teu animal. Trata-se da proibição de *mechamer* – fazer um animal realizar por nós qualquer trabalho que não podemos fazer por conta própria por causa do *Shabat*. É preciso distinguir entre essa proibição e a obrigação de “fazer o animal repousar” mencionada no versículo “para que folgue teu boi e teu jumento” (adiante 23:12).

No DT 5:14, o texto detalha o que está incluso em “teu animal”: “teu boi e teu jumento”. “Boi” é o animal de trabalho e “jumento” é o animal de carga. Portanto, a Escritura se refere aos dois tipos de trabalho: trabalho criativo e “transferência entre propriedades”.

e teu prosélito que estiver em teus portões. Embora o termo “teu prosélito que estiver em teus portões” geralmente se refira a um residente estrangeiro, aqui “teu prosélito” fala do convertido ao judaísmo, enquanto “o peregrino” (adiante 23:12) fala de um residente estrangeiro (*Mechiltá*). Parece haver uma distinção entre “peregrino” e “teu prosélito”, onde “teu prosélito” sempre se refere ao convertido que se conecta completamente contigo (compare com DT 31:12, 24:14 e 29:10).

10. porque o Eterno fez (...) em seis dias. Seis dias você exercerá seu controle sobre os assuntos de seu mundo como um servo de Deus, que lhe concedeu esse controle. Use esses dias para seus próprios propósitos e, como o Criador, transforme-os em escravos do seu poder visando esses propósitos. Porém, no sétimo dia repouse de todos esses seus atos; o *Shabat* é para o Eterno, seu Deus. Nesse dia, você estará diante do seu Criador e se submeterá a Ele, e o controle Dele sobre o seu mundo será revelado e se destacará. Como? Por meio da sua abstinência de exercer seu controle sobre os assuntos do seu mundo, tanto diretamente quanto através de qualquer força viva que escuta o seu comando.

e repousou (...) por isso o Eterno abençoou. O Criador está repousando agora de Sua obra criadora – Ele repousa desde aquele sétimo dia da Antiguidade – e o repouso prevalece na Criação. Deus criou os céus e a terra, o mar e tudo o que há neles, e concluiu Sua obra com eles. Agora tudo é criado a partir de forças e leis preexistentes, e somente você, ser humano, é capaz de criar coisas novas – criar novas criaturas, por assim dizer – usando essas forças e leis e combinando-as novamente, conforme o necessário.

No entanto, a Criação do Mundo precedeu, de fato, este repouso universal. O movimento precedeu o descanso e o trabalho precedeu o repouso. Somente a partir do sétimo dia a Criação de Deus repousou. Até aquele sétimo dia, o Criador trazia os céus, a terra e o mar a um grau de perfeição cada vez maior. E já que Ele “repousou no sétimo dia”; já que o Eterno enquanto Criador é invisível ao homem, mas toda a felicidade futura do mundo e da humanidade depende do reconhecimento do homem de Deus como Criador e Mestre do mundo – “Por isso o Eterno abençoou o dia do *Shabat* e o santificou”. Por esta razão, a bênção do *Shabat* é a sua santificação, e a interrupção do trabalho do homem como resultado da santidade do *Shabat* não é uma limitação ou redução, mas uma bênção.

Toda bênção, todo desenvolvimento abençoado – do futuro da humanidade em geral e de todo ser humano em particular – reside na santidade do *Shabat* e depende do reconhecimento do reino de Deus sobre o mundo e sobre o homem, Suas criações. Esse reconhecimento é garantido pelo *Shabat*, dia no qual o homem desce do trono de seu governo sobre o mundo e submete a si mesmo e tudo o que possui diante do trono de Deus com completa submissão.

Portanto, o Eterno lhe diz: “Lembra do dia do *Shabat* para santificá-lo”. Lembre-se do dia de *Shabat*, que o resto da humanidade esqueceu; santifica-o através da interrupção do trabalho, conforme você foi ordenado!

No DT 5:14, a Escritura enfatiza outra consequência que vem da preservação da santidade do *Shabat*– isto é, da submissão a Deus expressa em todo *Shabat* na vida social. A Escritura diz lá “para que descansem teu servo e tua serva bem como tu”. A verdadeira submissão a Deus torna todos os homens iguais entre si. O *Shabat* libera o escravo e o coloca no mesmo nível de seu mestre diante de Deus. No nosso comentário sobre o sacrifício de *Pêssach*, discutimos o status dos escravos nos lares judaicos e na Torá de Israel (ver acima comentário sobre 12:44) e, segundo o que foi dito ali, há uma prova para a ênfase desse efeito do *Shabat*.

A Escritura ali diz mais (DT 5:15): “E lembrarás que servo foste na Terra do Egito, e que o Eterno, teu Deus, te tirou de lá com mão forte e com braço estendido; portanto o Eterno, teu Deus, te ordenou para fazer o dia do *Shabat*”. Em outras palavras, Deus te ordenou observar o dia do *Shabat* por meio de ações.

A “mão” – a força ativa – e o “braço” – o poder que está por trás da força – que tiraram vocês do Egito, eram de Deus. Vocês tinham perdido os dois, pois eram escravos, e somente pela “mão e braço” de Deus lhes foram devolvidos tanto o poder quanto a bravura da independência, para que vocês os usem apenas para o Seu serviço.

Todos os seres humanos devem sua existência física a Deus, o Criador do Universo, e são convidados pelo *Shabat* a mostrar submissão ao seu Criador. Porém Israel também deve sua existência nacional a Deus. Portanto, quando Deus quis convocar pessoas que observassem o *Shabat* e cumprissem suas leis diante dos olhos do mundo, demonstrando assim sua submissão ao reino de Deus na prática, Ele escolheu vocês dentre a raça humana. A razão disso é que a sua “mão e braço” eram mais Dele do que as do resto da humanidade, porque sua independência, sua força e seu poder são a prova histórica e a evidência do controle de Deus sobre o mundo natural e a história humana.

Ele ordenou que vocês testificassem esse fato publicamente a cada *Shabat* por meio da interrupção do trabalho da sua “mão e braço” e da atividade de sua força e poder.

Toda a história do povo de Israel, desde Abraão até Moisés, nada mais é do que a criação Divina da nação que carregará o conceito do *Shabat*. Verifica-se que o *Shabat* judaico é tanto uma “lembrança do ato de Criação” quanto uma “lembrança do Êxodo do Egito”!

[5º Pronunciamento]

¹¹ Honra a teu pai e a tua mãe, para que se prolonguem os teus dias sobre a terra que o Eterno, teu Deus, te dá.

11. Honra a teu pai e a tua mãe. O mandamento “Eu sou o Eterno” exige que reconheçamos a Deus e admitamos que Ele é nosso Deus. “Não terás” exprime as consequências negativas de quando não há esse reconhecimento. “Não carregará” – também conhecido como “não jurarás” – faz desse reconhecimento de Deus o fundamento de todas as relações humanas. “Lembra” nos obriga a expressá-lo pelo ato de submissão. Esse reconhecimento se apoia principalmente sobre o Êxodo do Egito, e isso é dito logo no início, pelas palavras “que te tirei...” no versículo que começa com “Eu sou o Eterno”,

palavras que são repetidas no Deuteronômio, como acabamos de ver no comentário sobre o versículo 8.

Deus baseou as crenças e modos de pensar de Israel, assim como nosso reconhecimento Dele como Mestre do nosso destino e Condutor das nossas ações, não sobre os resultados do nosso estudo da natureza, mas sobre os acontecimentos históricos vividos pelo nosso povo nos quais Deus Se revelou a nós e nos informou a Sua vontade. Os céus e a terra “falaram” à humanidade em vão e, não obstante, seus “pronunciamentos” foram distorcidos e percebidos como um indício da realidade de diversos deuses. Somente as revelações de Deus na história do povo judeu restauraram no coração dos homens a ideia da crença num só Deus e permitiram-lhes compreender os acontecimentos da natureza e da história com base na fé num só Deus.

O Êxodo do Egito e a outorga da Torá são os dois fatos fundamentais na história do povo judeu que formam a base da nossa lealdade a Deus como o Senhor do nosso destino e Guia das nossas vidas. Esses dois fatos são verdades históricas, mas a única coisa que garante sua veracidade é a tradição, e a tradição depende apenas da transmissão fiel de pais para filhos e da aceitação de bom grado por parte dos filhos daquilo que seus pais lhes transmitem.

Portanto, a sobrevivência a longo prazo da grande instituição Divina – o judaísmo – depende inteiramente da aceitação por parte dos filhos daquilo que é transmitido por seus pais, tanto no aspecto teórico quanto no prático. Portanto, honrar o pai e a mãe é a condição básica para a eternidade da nação israelita.

Por meio do pai e da mãe, Deus dá ao filho mais do que mera existência física. Os pais são também o elo que liga a criança ao passado judaico, o que lhe permite ser um filho de Israel ou uma filha de Israel. De seus pais a criança recebe a tradição do propósito judaico, cuja forma é determinada por conhecimento, comportamento e educação. Os pais transmitem à criança a história judaica e a Torá de Israel de modo que, no devido tempo, ela também as transmitirá aos seus filhos. Da maneira como ele olha para os pais com admiração, seus filhos olharão para ele algum dia. Sem essa conexão entre pais e filhos, a cadeia de gerações é cortada, a esperança para o futuro nutrida pelo passado judaico se perde e a existência da nação israelita é extinta. É esta significativa função o que dá aos pais seu lugar de destaque no Decálogo.

Em outro lugar (ver acima 16:7), discutimos o significado da palavra *cavod* (honra) – que é próxima de *caved* (pesado) – como expressão do valor moral e espiritual de algo. Explicamos que *cavod* é o peso espiritual e moral de tudo. Por isso, *cabed* (honrarás)

significa “demonstrar apreço”. Por isso, o mandamento de “honrarás a teu pai e a tua mãe” exige que demonstremos nossa profunda apreciação da grande importância que Deus nos incumbiu a nossos pais de todas as formas possíveis e em toda a nossa conduta para com eles.

“Honrar” exige, antes de tudo, ouvir a voz dos pais incondicionalmente e fazer sua vontade rapidamente. A única limitação desta obrigação é que a vontade deles não pode contradizer a vontade do Eterno, porque os pais devem ser os precursores da vontade Deus. Esta é a sua missão e é isso que lhes dá tanta importância.

Essa missão dos pais – e não a quantidade da bondade, grande ou pequena, que fizeram com seus filhos – é o que está por trás da raiz do mandamento de honrá-los, um comando que aumenta cada vez mais à medida que os filhos vão crescendo e amadurecendo, e continua mesmo depois da morte deles. Os absolutos e graves requisitos desse mandamento estão muito além de qualquer obrigação moral, muito acima do que a moralidade comum – aquilo que as pessoas costumam chamar de moralidade da razão – pode aprender a partir de considerações de gratidão (ver TB *Kidushin* 30b, 31 e 32).

a teu pai e a tua mãe. Não foi dito “honrarás pai e mãe”, mas “honrarás a teu pai e a tua mãe”. Disso aprendemos que a obrigação de respeito não se limita apenas ao pai e à mãe, mas também àqueles que representam a personalidade do pai ou da mãe: “‘a teu pai’ – para incluir a esposa do pai”, a madrasta; “‘a tua mãe’ – para incluir o marido da mãe”, o padrasto (TB *Ketubót* 103a). O respeito pelo irmão mais velho também está incluso na obrigação (ibid.).

para que se prolonguem os teus dias sobre a terra. Foi dito no DT 30:17-18: “Porém, se o teu coração se desviar e não quiseses ouvir, e errares, e te prostrares a outros deuses e os servires – declaro-vos hoje que certamente perecereis; não prolongareis os vossos dias na terra para a qual vós ides passar o Jordão a fim de herdá-la.” Lá também foi dito (4:26): “tomo por testemunha ante vós, hoje, os céus e a terra, que bem cedo perecereis de sobre a terra para a qual passais o Jordão a fim de herdá-la. Não prolongareis os vossos dias nela, porque sereis destruídos.” Desses versículos parece que, aqui também, “para que se prolonguem os teus dias sobre a terra” fala primeiro e acima de tudo da longevidade da existência nacional da nação sobre a terra que Deus lhe dá, cuja permanência contínua será garantida apenas se o reconhecimento que a primeira geração alcançou por meio da revelação direta de Deus, assim como a relação estabelecida com essa primeira geração com base nesse reconhecimento, forem transmitidas de geração em geração por meio do respeito aos pais. Só assim as futuras gerações sentirão o mes-

mo entusiasmo e frescor da proximidade de Deus que a primeira geração sentiu. Como já dissemos, honrar pai e mãe é essencial para a existência eterna da nação. No entanto, o comando de “honrarás a teu pai”, em sua forma e conteúdo, não é um mandamento direcionado à nação, mas ao indivíduo. Portanto, os nossos sábios também interpretam que “para que se prolonguem os teus dias” se trata da longevidade para o indivíduo no mundo vindouro, assim como ele garante a eternidade da nação neste mundo.

No DT 5:16 foram adicionadas ao mandamento de honrar os pais as palavras “como te ordenou o Eterno, teu Deus”, assim como foram adicionadas ao mandamento do *Shabat* (ibid. 5:14). Daqui aprendemos que, assim como as leis do *Shabat*, as leis de honrar os pais já haviam sido ordenadas em Mará. O *Shabat* e o respeito aos pais estão relacionados e completam um ao outro, pois são as duas grandes instituições educacionais sobre as quais Deus confiou o futuro do Seu povo.

No DT 5:16 também foram acrescidas as palavras “e que para que seja bem para ti”. Nesse acréscimo, a Escritura diz que não apenas a vida do mundo vindouro depende do respeito ao pai e à mãe, mas também a verdadeira felicidade neste mundo.

[6º Pronunciamento]

¹² Não assassinarás.

12. Não assassinarás. Os primeiros cinco mandamentos proclamaram a obrigação do reconhecimento e aceitação de Deus como o Senhor do nosso destino e o Guia de nossas ações (“Eu sou o Eterno” pelo lado positivo e “não terás” pelo lado negativo); estabeleceram esse reconhecimento como base para a vida do indivíduo e da sociedade (“não jurarás”); garantiram seu cumprimento prático por meio da submissão que é renovada a cada semana (“Lembra”); e preservaram esse reconhecimento por meio de sua transmissão incessante, de geração em geração, nas casas dos pais (“Honra a teu pai e a tua mãe”).

Os cinco mandamentos que vêm agora declaram as conclusões obtidas a partir desse reconhecimento e aceitação na vida social. Se Deus é o único Senhor sobre o seu destino, e Ele será o único Guia para todas as suas ações, então todos e cada um dos seus pares devem estar também sob a Sua supervisão, e os olhos de Deus estarão abertos a toda ação que você tomar contra o seu próximo. Deus sustenta o seu próximo tanto quanto ele sustenta a você, faz dele um ser humano e concede a ele os mesmos direitos que lhe concedeu. Tudo que pertence a ele – sua vida, seu casamento, sua liberdade, sua felicidade, sua dignidade e seus bens – foram dedicados a ele pelas mãos de Deus.

Portanto, você não deve assassiná-lo, você não deve destruir seu casamento, você não deve privá-lo de sua liberdade, você não deve prejudicar sua felicidade e dignidade pessoal fazendo falso testemunho contra ele. De fato, você nem deve se permitir coibir qualquer coisa que seja parte da casa de seu semelhante ou qualquer coisa que possa ser nomeada em sua homenagem.

Não assassinarás (tirtsach). Assassinato é o mais alto nível de perversidade. *Rashá* (com *hê*, em aramaico) significa “ser permitido”. *Ratsá* (com *hê*), desejo justificado. *Rashá* (com *áin*, em hebraico), desejo injustificado, contrário à lei; uso ilegal do livre arbítrio; *ratsá* (com *áin*), fazer um furo. *Rêtsach* (assassinato) é o mais grave dos crimes. E vale mencionar também *razá* – desejo que não foi saciado, alguém magro; *razach* – sensação de dor devido à perda de algo valioso, luto.

Enquanto os termos *harag* e *hemit* (ambos traduzidos como “matou”) podem indicar também uma morte dentro dos termos da lei, *ratsach* (assassinou) sempre indica derramamento de sangue de modo proibido. Apenas em dois versículos o termo *ratsach* denota o “assassinato” do homicida (Números 35:27 e 30), e o texto ali parece falar do ponto de vista do assassino: ele sente agora em sua pele a lâmina da espada que ergueu contra o seu semelhante. É possível que o versículo 30 (ibid.) também fale apenas da morte pelas mãos do redentor do sangue. Isso depende se o trecho “o homicida será morto” se refere ao redentor do sangue, como parece ser a verdade.

Todo ato que aproxima uma pessoa da morte, mesmo que por um momento, é considerado como derramamento de sangue (TB *Shabat* 151b).

[7º Pronunciamento]

Não adulterarás.

Não adulterarás. Também inclui as proibições de aliciar mulheres para que cometam adultério (TB *Shevuót* 47b) e praticar atos promíscuos e indecentes de qualquer tipo (TB *Nidá* 13b).

[8º Pronunciamento]

Não sequestrarás.

Não sequestrarás. Trata-se de uma pessoa que sequestra outra, que, como o assassino e o adúltero mencionados acima, está sujeita à pena de morte – e não de um ladrão.

[9º Pronunciamento]

Não darás falso testemunho contra teu próximo.

Não darás (taanê) falso testemunho contra teu próximo. *Anê* sempre indica uma fala causada pela situação. Portanto, seu significado usual é “responder”. Mesmo quando marca o início da fala, é sempre um discurso desencadeado por algum evento ou situação. A apresentação de um testemunho sempre pressupõe que tal testemunho foi provocado por um evento visto ou ouvido. Assim, *anê be-* significa dizer algo sobre uma pessoa que se encaixa perfeitamente com o que realmente aconteceu; testemunhar sobre ela.

falso testemunho (ed sháker). Literalmente, a tradução poderia ser “falsa testemunha”, pois o sentido da frase é “Não testemunhe como uma testemunha falsa contra o seu próximo”.

A lei judaica distingue entre testemunhas que foram contraditas e testemunhas que foram invalidadas por *hazamá* (“conspiração”).* “Contradição” é quando é encontrada uma mentira no testemunho – ou seja, as testemunhas viram o que estavam atestando, mas o testemunho delas não correspondia à verdade. *Hazamá* refere-se às próprias testemunhas, uma vez que elas não estavam de todo envolvidas no evento e, portanto, não tinham o direito de testemunhar. No caso das testemunhas contraditas, o testemunho é uma mentira; no caso das testemunhas invalidadas por *hazamá*, as próprias testemunhas são uma mentira.

“Não testemunharás” inclui os dois tipos: o falso testemunho e a falsa testemunha. Portanto, para incluir também a advertência contra as mal-intencionadas “testemunhas conspiradoras” não foi dito “Não testemunharás contra o teu próximo com palavras falsas”, pois o sentido do nosso versículo é “Não testemunharás contra o teu próximo sendo *você* uma testemunha falsa”, pois a falsidade se refere tanto ao testemunho quanto às próprias testemunhas.

No DT 5:16, o texto elabora o termo “falso testemunho” do nosso versículo com as palavras “testemunho vão” (*ed shav*), destacando especialmente o tipo de falsas tes-

* Na lei judaica, “*edim zomemim*” são duas testemunhas cujo testemunho se revelou falso devido ao fato de outras testemunhas terem testemunhado que as primeiras não estavam presentes no local ou no momento do incidente testemunhado. O termo “*zomemim*” significa “conspiradores”, isto é, essas testemunhas são invalidadas porque tramaram e conspiraram para que uma pessoa fosse punida injustamente. Neste caso, a Torá afirma que a sentença que deveria ser dada à pessoa sobre a qual elas falsamente testemunharam fosse aplicada sobre elas (“fareis a eles como pensavam fazer a seu irmão”). Geralmente, essa sentença é aplicada com exatidão, mas há exceções. (N. do T.)

temunhas no qual as próprias testemunhas são falsas, ou seja, *edim zomemim* (conspiradoras), pois o próprio testemunho delas é “vão”, uma vez que, mesmo se os fatos sobre os quais elas testificam são verdadeiros, elas não podem testemunhar a respeito deles porque não estavam no lugar em que ocorreram.

Verifica-se que o nosso versículo serve como um aviso para a pessoa não vir testemunhar num caso onde a verdade foi verificada por meio de evidências externas ou por tê-la ouvido de uma fonte confiável. A pessoa deve testemunhar apenas sobre o que viu ou ouviu por si só, pois somente quando ela vê ou ouve por si mesma ela se torna uma “testemunha”; somente quando viu com seus olhos e escutou com seus ouvidos ela é capaz de dar existência duradoura aos fatos – *ed* (testemunha) é próximo de *ód* (mais); ver comentário sobre Gênesis 21:30 –, de modo que eles não sejam esquecidos e abandonem sua consciência.

A LIVRARIA JUDAICA DO BRASIL

www.sefer.com.br [10º Pronunciamento]

**13 Não cobiçarás a casa de teu próximo;
não cobiçarás a mulher de teu próximo, nem seu servo, sua serva,
seu boi, seu jumento e tudo o que for de teu próximo.”**

13. Não cobiçarás (tachmod). A *Mechiltá* distingue *chemdá* (cobiça) de *taavá* (desejo). Enquanto *taavá* se refere a um desejo interior, *chemdá* indica também um desejo que leva à ação, como em “não cobiçarás a prata e o ouro que está sobre eles, nem os tomarás para ti” (DT 7:25), assim como em “e não cobiçará homem a tua terra” (adiante 34:24), que certamente não significa “Ninguém irá querer a tua terra”, mas “Ninguém irá se aproveitar da tua ausência de tua casa e, por desejar a tua terra, invadirá as tuas fronteiras”. *Chamad* (cobiçar) é a pronúncia aumentada de *amad* (ficar parado), pois aquele que cobiça já não está num estado de inércia.

Daí a seguinte lei: “Todo aquele que cobiça algo (...) que tem a chance de adquirir, e envia muitos amigos ao proprietário e insiste até que ele acaba vendendo, mesmo que tenha lhe pagado muito dinheiro, transgrediu uma proibição, como foi dito: ‘Não cobiçarás’.” (Maimônides, Leis de Roubo e Coisas Perdidas 1:9), cuja fonte está no Talmud: “Parece às pessoas que a proibição de ‘Não cobiçarás’ só se aplica quando não há dinheiro envolvido” (TB *Babá Metsiá* 5b) – ou seja, um erro comum é pensar que a proibição de “não cobiçarás” só se aplica caso a pessoa não pague pelo objeto.

Portanto, se alguém pressiona o seu amigo até que ele concorda em vender algo que ele cobiça, mesmo que ele tenha comprado legalmente, ainda assim, ele continuará transgredindo a proibição de “não cobiçarás” – contudo, isso não está de acordo com todas as opiniões (ver *Tossafót* em TB *San’hedrin* 25b, “*meicara*”).

a mulher de teu próximo. Quanto à mulher de seu próximo, a proibição de “não cobiçarás” se aplica caso, por exemplo, ele convença seu amigo ou o leve de alguma maneira a se divorciar de sua esposa para que ele possa, então, se casar com ela.

No DT 5:17, essa proibição é mais esclarecida a partir da expressão “e não desejarás”, isto é, não permita que o desejo por tudo o que é do seu próximo suba em seu coração. A linguagem lá é: “E não cobiçarás a mulher do teu próximo; e não desejarás a casa do teu próximo, nem o seu campo, seu servo, sua serva, seu boi, seu jumento e tudo o que seja de teu próximo.” É intrigante notar que referente à “mulher de teu próximo” não é dito “não desejarás”, mas “não cobiçarás”. Com relação a todas as outras posses, o “desejo” em si não é algo abominável, e só é proibido porque leva ao pecado – “se desejares, acabarás cobiçando” (*Mechiltá*). No entanto, em relação à “mulher do teu próximo”, o próprio “desejo” é considerado “cobiça” (ver Ezequiel 24:16). “Desejo” e “cobiça” vêm como uma coisa só e, portanto, a Escritura não diferencia entre eles.

Em geral, a intenção da Torá é proibir o “desejo” independentemente da “cobiça” – para que a pessoa não pense que a transgressão começa apenas com o ato – e a “cobiça” independentemente do “desejo” – para que a pessoa não pense que a intenção de comprar o objeto propriamente válida, de alguma forma, o seu desejo. Uma pessoa que deseja não cometer o pecado deve erradicar o desejo de seu coração, pois mesmo o desejo em si é um pecado aos olhos de Deus. Quem deseja o que não é seu peca consigo mesmo, pois deveria abrir seu coração apenas para aspirações puras e honestas.

No Decálogo mencionado no DT – que acrescenta alguns esclarecimentos sobre os mandamentos relacionados aqui – foi acrescido aos exemplos de posses listados aqui as palavras “seu campo”, para que ninguém pense que o desejo é proibido apenas em relação a bens móveis, que passam de mão em mão, onde o desejo pode facilmente levar ao pecado. Além disso, todos os pecados entre o homem e o próximo estão ligados ali (no DT) pela letra de conexão *vav* (equivalente à conjunção aditiva “e”) e formam uma única frase composta de várias partes: “Não assassinarás e não adulterarás e não sequestrarás e não darás falso testemunho (...) e não cobiçarás (...) e não desejarás...”. Por um lado, a intenção da Escritura é declarar todos os bens de seu amigo como dedi-

cados a ele e proibir qualquer tipo de transgressão contra eles numa única declaração de Deus. Por outro lado, e com especial ênfase, a intenção do texto é colocar o peso de todas estas proibições na última proibição, “e não desejarás”, como que a dizer: Por causa de todas essas proibições, não permita que o desejo por tudo que não pertence a você entre em seu coração.

São precisamente essas proibições de “não cobiçarás” e “não desejarás” que imprimem o selo de Deus na parte social dos Dez Pronunciamentos. O legislador de carne e osso também pode decretar “não assassinarás” e assim por diante, mas somente Deus pode decretar “não cobiçarás”. Somente Ele é capaz de examinar o âmago de um ser humano. Diante Dele são revelados não apenas atos, mas também pensamentos e sentimentos. O ser humano de carne e osso pode apenas proibir o ato do pecado e, quando o pecado é cometido, pode – com dificuldade – submeter o transgressor a um julgamento. Mas a origem e o processo de produção do pecado estão ocultos dos olhos dos seres de carne e osso. E uma vez que o pecado tenha amadurecido completamente no coração do ser humano, ele raramente conseguirá se impedir de fazê-lo por medo da punição de um tribunal terreno.

Por esta razão, toda edificação política feita pelo homem é vã, pois permanece inacabada e frágil pelo fato de estar baseada apenas na glória do homem. E mesmo que seus construtores ponham a pedra fundamental “em nome de Deus”, a edificação é construída sem Ele, pois eles fingem apreciar os Dez Pronunciamentos, mas prestam homenagem ao homem. Eles não subjugam o poder humano ao Estado, o Estado à Lei e a Lei a Deus; pelo contrário, eles “pagam” a Deus o imposto das palavras vazias como um meio de fortalecer e apoiar a frágil dignidade do homem.

Somente quando o Eterno se tornar “rei sobre toda a terra”, e a Sua vontade se tornar o código da Lei da raça humana, só então serão fechadas as portas da prisão e a tristeza e os suspiros abandonarão a terra.

É preciso acrescentar que o Decálogo não tem maior santidade ou maior importância do que os outros mandamentos da Torá. Ele não é a Torá inteira e não é mais sagrado que os outros mandamentos. Deus declarou explicitamente que ele é um mero prelúdio e preparação para toda a entrega principal da Torá que viria em seguida: “Eis que Eu venho a ti, na espessura da nuvem, para que o povo ouça enquanto Eu falo contigo, e também em ti crerão para sempre” (acima 19:9). É explicitamente declarado que o propósito da revelação no Sinai era preparar o povo para receber todos os outros mandamentos que lhes seriam transmitidos por Moisés, e para provar-lhes além de

qualquer sombra de dúvida – pela visão de seus próprios olhos e da audição de seus próprios ouvidos – que “falou o Eterno a toda vossa congregação” (DT 5:18). Portanto, eles aceitarão também todos os outros mandamentos como a palavra de Deus pelas mãos de Moisés, e os cumprirão para todo o sempre com fé inabalável.

Ainda assim, os Dez Pronunciamentos são os princípios básicos de todas as outras leis e mandamentos. E se refletirmos sobre a ordem em que esses princípios básicos foram declarados, encontraremos nela uma verdade que lança uma nova luz sobre todo o conceito da Torá de Deus.

A primeira parte começa com “Eu sou o Eterno” e termina com “honrarás a teu pai”; a segunda parte começa com “não assassinarás” e termina com “não cobiçarás”. A obrigação do reconhecimento de Deus abre com uma demanda dirigida ao intelecto (“Eu sou o Eterno”, “não terás”). Mas como a cognição intelectual de Deus não é suficiente, devemos expressar o nosso reconhecimento de Deus também com atos, controlando nossa fala (“não jurarás”), nosso trabalho (“lembra-te”) e nossa vida familiar (“honrarás a teu pai”). A legislação social começa com exigências sobre nossas ações e palavras (“não assassinarás”, “não adulterarás”, “não roubarás/sequestrarás”, “não darás falso testemunho”). Mas não basta controlar nossa fala e ações; a Torá exige que também governemos nossos corações e mentes (“não cobiçarás/desejarás”).

A reflexão feita acima expressa a seguinte verdade: Toda “religião” e todo “serviço a Deus no coração e no espírito” são desprovidos de valor se lhes falta o poder de controlar nossa fala e ações, nossa vida familiar e social. Somente por meio das nossas ações e do nosso modo de vida podemos provar que somos verdadeiramente servos de Deus. Por outro lado, toda qualidade e nobreza sociais são desprovidas de valor e se desintegram no primeiro teste quando seu propósito é apenas ser correto externamente e fazer o bem e o correto aos olhos do homem, enquanto ignoram a lealdade interna e não se baseiam na consciência e na pureza da fé interna, algo que somente Deus é capaz de ver e julgar. Todo ato bom e honesto deve emanar do coração, e todo pensamento nobre deve se traduzir em atos práticos, e tudo isso deve acontecer enquanto os olhos do homem se voltam constantemente para Deus. Este é o espírito que paira sobre os fundamentos da Torá de Deus e unifica as duas tábuas – a “religiosa” e a “social” – numa unidade perfeita e indivisível.



Torá Interpretada (5 volumes)

À luz dos ensinamentos do Rabino Samson Raphael Hirsch

Amplo, rico e profundo comentário sobre a Torá baseado nos ensinamentos do Rabino Samson Raphael Hirsch, destinado àqueles que já possuem algum conhecimento sobre o Pentateuco e desejam ampliá-lo de modo sistemático. O autor analisa as palavras, a etimologia delas e seus significados; o texto e o contexto; os personagens e seus sentimentos; as leis e suas razões; e temas pungentes são esclarecidos e confrontados com a realidade que vivemos.